

CONCURSO PÚBLICO

**001. PROVA OBJETIVA**  
(CONHECIMENTOS GERAIS)

**ANALISTA EM PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS PÚBLICAS – APOFP**

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 80 questões objetivas.
- ◆ Confira seu nome e número de inscrição impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 4 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridas 3 horas do início da prova.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

**AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.**

## CONHECIMENTOS GERAIS

### LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto para responder às questões de números **01** a **05**.

#### *Cadastro positivo já é realidade*

Desde que entrou em vigor, no início deste ano, o cadastro positivo vem sendo adotado por grandes redes do varejo, a exemplo de C&A, Casas Bahia e Riachuelo, que passaram a registrar o consumidor que queira futuramente aderir à novidade.

O cadastro é um banco de dados no qual são registrados compromissos financeiros e pagamentos relativos a operações de crédito, como empréstimos. Na prática, o consumidor é avaliado por seu desempenho no pagamento de suas contas, que vão além do varejo: financiamento imobiliário, consórcio, leasing, contas de luz, escola. Toda despesa que comprometa a renda da pessoa é registrada no banco de dados que todos podem consultar, inclusive o próprio cliente. Se for um bom pagador, poderá receber um tratamento melhor na hora de conquistar o crédito. Juros mais baixos, por exemplo.

Para o superintendente de Informações sobre Consumidores da Serasa Experian, Vander Nagata, a grande vantagem desse cadastro em relação ao tradicional cadastro negativo (que negativa o nome dos consumidores que deram calote) é dar ao comércio a real condição financeira do cliente que está pedindo crédito. “A partir do momento que um credor, como a Casas Bahia, alimenta o banco de dados, tudo fica disponível para outras empresas consultarem. A base de dados compartilhada mostra que existe compromisso financeiro, de forma a evitar o superendividamento da pessoa. Hoje as empresas dão um tiro no escuro quando concedem o crédito”.

A entrada no cadastro positivo não é compulsória. O cliente tem de autorizar junto a empresas a inclusão de seu nome. Essa é uma das razões de a novidade não agradar as entidades de defesa do consumidor. O temor é que o cliente que se recuse a dar o nome passe a ser tratado como um mau pagador. O presidente do Procon-PE, José Rangel, questiona um outro problema: e se a pessoa passar por um momento de aperto financeiro? “Eu entendo que o cadastro positivo tem potencial de se tornar uma lista ruim, pois, num momento de dificuldades, a pessoa vai ter de escolher que conta pagar e isso vai restringir seu crédito, mais que beneficiar”, critica.

Com relação à desconfiança de Rangel, Vander Nagata, da Serasa Experian, diz que “um deslize” do consumidor que deixou, eventualmente, de pagar uma conta não significa nada. “Todos nós estamos sujeitos a isso. O cadastro positivo funciona como um histórico de longo prazo. É como na indústria de seguros. O motorista que tem um bom histórico e não se envolve em acidentes ganha bônus. Uma coisa é ter batido o carro há dois anos, outra diferente é bater a cada mês”, defende.

(Leonardo Spinelli, *Jornal do Comercio*, 03.03.2013. Adaptado)

01. De acordo com o texto, é correto afirmar que o cadastro positivo é um banco de dados que registra
  - (A) o valor dos impostos que os contribuintes pagam ao governo ao comprar um produto e ao contratar um serviço.
  - (B) os nomes dos consumidores que estão impedidos de realizar transações financeiras por terem deixado de pagar alguma conta.
  - (C) as operações de créditos dos consumidores, tanto as que já se concluíram quanto as que ainda estão em andamento.
  - (D) a porcentagem precisa dos consumidores que estão inadimplentes e dos que estão em dia com o pagamento de suas contas.
  - (E) as informações referentes aos ganhos individuais e à renda familiar das pessoas de baixa renda interessadas em adquirir algum bem.
02. De acordo com o terceiro parágrafo, o cadastro positivo é vantajoso para as empresas porque
  - (A) oferece informações sobre os compromissos financeiros do cliente, o que permite avaliar se ele está em condições de ser contemplado com o crédito.
  - (B) contribui com dados que podem ser úteis para localizar o cliente inadimplente, embora esses dados sejam restritos às transações no varejo.
  - (C) permite conhecer as fontes pagadoras do consumidor, facilitando a criação de estratégias para ampliar sua renda familiar.
  - (D) dá informações sobre investimentos e aplicações financeiras feitos pelo cliente junto à rede bancária, possibilitando observar se sua renda é suficiente para quitar suas dívidas.
  - (E) garante que os clientes não deixarão de pagar suas dívidas, uma vez que temem as sanções impostas aos indivíduos em situação de inadimplência.
03. O argumento do presidente do Procon-PE, José Rangel, contra o cadastro positivo tem como justificativa o fato de que
  - (A) o atraso no pagamento das contas já tem sido devidamente penalizado com a restrição ao crédito.
  - (B) os bons pagadores podem passar por situações em que não são capazes de pagar todas as suas contas.
  - (C) a exclusão de um consumidor da nova lista pode fazer com que ele se sinta inclinado a deixar de pagar suas contas em dia.
  - (D) o número de maus pagadores vem aumentando mesmo após a implantação do novo sistema.
  - (E) os maus pagadores deixarão de ser devidamente penalizados quando o cadastro negativo se tornar extinto.

04. No contexto do último parágrafo, ao afirmar: “Uma coisa é ter batido o carro há dois anos, outra diferente é bater a cada mês”, Vander Nagata, da Serasa Experian, sugere que o atraso eventual de um pagamento é

- (A) evitável, pois as instituições bancárias disponibilizam créditos a juros muito baixos.
- (B) improvável, pois o cadastro positivo garante que o consumidor pague suas contas em dia.
- (C) inadmissível, pois o cliente deve transmitir uma imagem de credibilidade.
- (D) compreensível, pois o cliente pode, esporadicamente, passar por dificuldades financeiras.
- (E) condenável, pois o objetivo do cadastro é alertar as empresas sobre os maus pagadores.

05. Observe o uso dos dois-pontos (:) nos trechos que seguem.

- Na prática, o consumidor é avaliado por seu desempenho no pagamento de suas contas, que vão além do varejo: financiamento imobiliário, consórcio, leasing, contas de luz, escola. (segundo parágrafo)
- O presidente do Procon-PE, José Rangel, questiona um outro problema: e se a pessoa passar por um momento de aperto financeiro? (penúltimo parágrafo)

É correto afirmar que os dois-pontos introduzem, respectivamente,

- (A) uma explicação para o sentido do termo “varejo” e uma listagem dos questionamentos mencionados na primeira parte do enunciado.
- (B) uma síntese das ideias apresentadas na primeira parte do enunciado e uma enumeração dos diversos tipos de “aperto financeiro” pelos quais uma pessoa pode passar.
- (C) uma exemplificação dos diferentes tipos de consumidor e uma explicação para o sentido de “momento de aperto financeiro” empregado por José Rangel.
- (D) uma conclusão para o raciocínio exposto em “o consumidor é avaliado por seu desempenho no pagamento de suas contas” e uma resposta à pergunta feita na primeira parte do enunciado.
- (E) uma enumeração que exemplifica o sentido expresso em “vão além do varejo” e um esclarecimento do sentido da expressão “um outro problema”.

Leia o texto para responder às questões de números 06 a 08.

*Tão arcaico quanto*

Já reparou que não se vê mais nas ruas gente de mãos nos bolsos? Que são raros os homens que ainda usam as calças acima do umbigo? Que os colarinhos com barbatanas, assim como o lenço no bolso do paletó, se extinguíram? E que flor na lapela, hoje, é exclusividade da Velha Guarda das escolas de samba em dia de desfile?

Ninguém mais carrega o pente no bolso da camisa – aliás, há quanto tempo não se vê um homem se penteando em público? Ninguém mais ouve radinho de pilha – os próprios porteiros o abandonaram. E lápis atrás da orelha também não se vê há muito, nem no caixa das melhores padarias. Ninguém mais enfeita a geladeira com pinguins de louça. Ninguém mais decora o jardim com estátuas de anões. E ninguém mais usa CD-ROM.

Quem diria? Há apenas 15 anos, o CD-ROM era a “ferramenta” que iria absorver, resumir e comportar todo o conhecimento do Universo. Iria substituir as bibliotecas, o livro, o cinema, os museus, a TV e, quem sabe, o cérebro. Quem poderia adivinhar que, em tão pouco tempo, sua glória se extinguiria e ele ficaria tão arcaico quanto os anões de jardim e os pinguins de geladeira?

(Ruy Castro, *Folha de S.Paulo*, 15.04.2013. Adaptado)

06. A partir da leitura do último parágrafo, pode-se afirmar que as previsões para o destino do CD-ROM, feitas quinze anos atrás, mostraram-se

- (A) incontestáveis.
- (B) equivocadas.
- (C) certas.
- (D) racionais.
- (E) realistas.

07. O termo em destaque na passagem do primeiro parágrafo – Já reparou que não se vê mais nas ruas gente de mãos nos bolsos? Que são raros os homens que **ainda** usam as calças acima do umbigo? – expressa a circunstância de

- (A) negação, uma vez que os únicos bem vestidos são os sambistas da Velha Guarda.
- (B) dúvida, pois o autor levanta hipóteses sobre o fim de bolsos e colarinhos.
- (C) causa, visto que o autor admira a elegância dos homens de antigamente.
- (D) modo, porque se evidencia o apuro com que os homens se vestiam.
- (E) tempo, já que se estabelece uma relação entre passado e presente.

08. No segundo parágrafo, ao afirmar – Ninguém mais ouve radinho de pilha – os próprios porteiros o abandonaram. E lápis atrás da orelha também não se vê há muito, nem no caixa das melhores padarias. – o autor sugere que encontrar porteiros ouvindo o radinho de pilha e caixas de padaria com lápis atrás da orelha era algo que, no passado, acontecia em condições

- (A) inusitadas.
- (B) excepcionais.
- (C) costumeiras.
- (D) raras.
- (E) anômalas.

09. Assinale a alternativa em que a concordância se dá em conformidade com a norma-padrão da língua.
- (A) Seria substituído, pelo CD-ROM, as bibliotecas, o livro, o cinema, os museus e a TV.
  - (B) As pessoas já não se mostram mais interessada em enfeitar suas geladeiras com pingüins de louça.
  - (C) As casas que, antigamente, ostentava pequenos anões nos jardins dispensaram-nos há tempos.
  - (D) Parece que faz anos que o uso de colarinhos com barbatanas se acabou definitivamente.
  - (E) Devem haver cada vez menos pessoas com as mão nos bolsos andando pelas ruas.

Leia o texto para responder às questões de números 10 a 16.

### *O tempo não para*

O processo é conhecido. Os custos crescem, os competidores avançam, e os acionistas querem resultados. Saída: renovar os quadros. Leia-se: livrar-se dos funcionários mais velhos e caros, contratar jovens efebos, com muita vontade e pequeno salário. Dito e feito. Então, o trabalho emperra, os clientes reclamam, mas a planilha de custos fala mais alto. Assim tem sido: a cada crise, interna ou externa, as empresas rejuvenescem seus quadros. Alguns observadores batizaram o processo de “juniorização”.

Renovar sistematicamente os quadros é um princípio de gestão importante para qualquer empresa. Profissionais mais jovens trazem novas ideias, colocam em xeque processos anacrônicos e ajudam a evitar que a empresa envelheça e perca o contato com as mudanças em seu ambiente de negócios. A renovação, realizada na medida certa, traz efeitos positivos.

A juniorização, por sua vez, quando realizada com o propósito de reduzir custos, compromete a qualidade da gestão e põe em risco o futuro das companhias. Vista como panaceia, evita que a empresa trate de questões mais substantivas, relacionadas ao seu modelo de negócios e às suas práticas de gestão.

Além disso, a juniorização segue na contramão da demografia. O Brasil está envelhecendo. Nas próximas décadas, as empresas terão de lidar com quadros profissionais cada vez mais maduros. Uma pesquisa recente, feita pela consultoria PwC e a FGV-Eaesp, procurou avaliar como o mundo corporativo busca adequação para essa realidade. Foram ouvidas mais de cem empresas, de diversos segmentos da economia. Algumas conclusões são preocupantes.

Em primeiro lugar, menos de 40% das organizações pesquisadas reconhecem que quadros mais maduros podem constituir alternativa para a escassez de talentos, problema hoje de centenas de corporações brasileiras que estão freando seus planos de crescimento.

Em segundo lugar, as companhias reconhecem: profissionais mais maduros possuem competências valiosas, relacionadas à capacidade de realizar diagnósticos e resolver problemas, além de apresentarem maior equilíbrio emocional. Paradoxalmente, essas companhias não contam com modelos de gestão de carreira que facilitem os processos pelos quais tais características poderiam ser mais bem exploradas.

(Thomaz Wood Jr, *Carta Capital*, 17.04.2013. Adaptado)

10. De acordo com o terceiro parágrafo, a juniorização pode ser prejudicial à empresa porque
- (A) impede que os gestores considerem outras questões que podem estar mais diretamente relacionadas com os problemas da empresa.
  - (B) resulta na contratação de profissionais que acabam sendo onerosos para a empresa, pois não demonstram motivação para trabalhar.
  - (C) causa desarmonia entre os funcionários da empresa, já que os mais velhos não têm equilíbrio emocional para interagirem com os mais jovens.
  - (D) acarreta gastos extras com o treinamento de profissionais que ainda não estão preparados para exercer suas funções com eficácia.
  - (E) produz um desequilíbrio na hierarquia, dando a funcionários despreparados o poder de decisão que deveria competir apenas aos funcionários mais maduros e com cargos de chefia.

11. Na frase do primeiro parágrafo – Então, o trabalho emperra, os clientes reclamam, mas a planilha de custos **fala mais alto**. –, a expressão em destaque pode ser substituída, sem alteração de sentido, por

- (A) tem prioridade.
- (B) tem correspondência.
- (C) tem ambiguidade.
- (D) tem consistência.
- (E) tem restrição.

12. Considere as frases:

- Profissionais mais jovens trazem novas ideias, colocam em xeque processos **anacrônicos** e ajudam a evitar que a empresa envelheça e perca o contato com as mudanças em seu ambiente de negócios. (segundo parágrafo)
- Vista como **panaceia**, evita que a empresa trate de questões mais substantivas, relacionadas ao seu modelo de negócios e às suas práticas de gestão. (terceiro parágrafo)

Os termos **anacrônicos** e **panaceia** são empregados com sentidos equivalentes a, respectivamente,

- (A) incoerentes e exigência.
- (B) ultrapassados e entrave.
- (C) dispendiosos e consequência.
- (D) atemporais e razão.
- (E) obsoletos e solução.

13. De acordo com o texto, a juniorização “segue na **contramão** da demografia” (quarto parágrafo), porque, no Brasil,

- (A) o envelhecimento da população está consolidado e já não existe oferta de mão de obra jovem.
- (B) o número de jovens é proporcional ao de pessoas mais velhas e o quadro de funcionários das empresas tem refletido esse equilíbrio.
- (C) as empresas demonstram interesse em contratar jovens, enquanto a mão de obra disponível está se tornando cada vez mais velha.
- (D) os trabalhadores mais experientes logo serão disputados pelas empresas, pois a oferta de profissionais mais velhos está diminuindo com o tempo.
- (E) os profissionais mais jovens já estão deixando de ser contratados, porque a oferta de trabalhadores mais velhos aumentou nos últimos anos.

14. Um antônimo para o termo destacado no trecho do penúltimo parágrafo – ... menos de 40% das organizações pesquisadas reconhecem que quadros mais maduros podem constituir alternativa para a **escassez** de talentos... – é

- (A) alternância.
- (B) demanda.
- (C) privação.
- (D) abundância.
- (E) disparidade.

15. Releia o último parágrafo:

Em segundo lugar, as companhias reconhecem: profissionais mais maduros possuem competências valiosas, relacionadas à capacidade de realizar diagnósticos e resolver problemas, além de apresentarem maior equilíbrio emocional. Paradoxalmente, essas companhias não contam com modelos de gestão de carreira que facilitem os processos pelos quais tais características poderiam ser mais bem exploradas.

A frase que está em conformidade com as ideias do parágrafo é:

- (A) Ao passo que as companhias reconhecem que profissionais mais maduros possuem competências valiosas, elas não exploram essas competências como deveriam.
- (B) Embora reconheçam que profissionais mais maduros possuem competências valiosas, as companhias não exploram essas competências como deveriam.
- (C) Na medida em que as companhias reconhecem que profissionais mais maduros possuem competências valiosas, elas não exploram essas competências como deveriam.
- (D) As companhias reconhecem que profissionais mais maduros possuem competências valiosas e, portanto, elas não exploram essas competências como deveriam.
- (E) As companhias reconhecem que profissionais mais maduros possuem competências valiosas, visto que elas não exploram essas competências como deveriam.

16. Observe os trechos:

- Renovar sistematicamente os quadros é um princípio de gestão importante **para** qualquer empresa. (segundo parágrafo)
- Uma pesquisa recente, feita pela consultoria PwC e a FGV-Eaespp, procurou avaliar como o mundo corporativo busca adequação **para** essa realidade. (quarto parágrafo)
- Em primeiro lugar, menos de 40% das organizações pesquisadas reconhecem que quadros mais maduros podem constituir alternativa **para a** escassez de talentos... (penúltimo parágrafo)

Considerando as regras de emprego do acento indicativo de crase, as expressões destacadas podem ser substituídas, correta e respectivamente, por

- (A) a ... à ... à
- (B) à ... à ... à
- (C) à ... à ... a
- (D) à ... a ... a
- (E) a ... a ... à

17. Leia a tira.



(Jim Davis, *Folha de S.Paulo*, 15.04.2013)

A forma verbal **curtam**, do terceiro quadrinho, está no modo imperativo, expressando um convite, uma recomendação feita diretamente ao leitor, assim como ocorre com a forma verbal destacada em:

- (A) Sem deixar de **valorizar** a experiência dos mais velhos, nossa empresa aposta no talento dos mais novos.
- (B) Nossa empresa **busca** renovar constantemente seu quadro de funcionários.
- (C) **Organizaram** um concurso para selecionar jovens interessados em estagiar em diversas áreas.
- (D) Para obter mais informações sobre nosso processo seletivo, **acesse** nosso site.
- (E) Muitos funcionários antigos **temem** ser substituídos por candidatos mais jovens.

Leia o texto para responder às questões de números 18 a 23.

### Tomadas e oboés

“O do meio, com heliponto, tá vendo?”, diz o taxista, apontando o enorme prédio espelhado, do outro lado da marginal: “A parte elétrica, inteirinha, meu cunhado que fez”. Ficamos admirando o edifício parcialmente iluminado ao cair da tarde e penso menos no tamanho da empreitada do que em nossa variegada humanidade: uns se dedicam à escrita, outros a instalações elétricas, lembro-me do meu tio Augusto, que vive de tocar oboé. “Fio, disjuntor, tomada, tudo!”, insiste o motorista, com tanto orgulho que chega a contaminar-me.

Pergunto quantas tomadas ele acha que tem, no prédio todo. Há quem ria desse tipo de indagação. Meu taxista, não. É um homem sério, eu também, fazemos as contas: uns dez escritórios por andar, cada um com umas seis salas, vezes 30 andares. “Cada sala tem o quê? Duas tomadas?”

“Cê tá louco! Muito mais! Hoje em dia, com computador, essas coisas? Depois eu pergunto pro meu cunhado, mas pode botar aí pra uma média de seis tomadas/sala.”

Ok:  $10 \times 6 \times 6 \times 30 = 10.800$ . Dez mil e oitocentas tomadas!

Há 30, 40 anos, uma hora dessas, a maior parte das tomadas já estaria dormindo o sono dos justos, mas a julgar pelo número de janelas acesas, enquanto volto para casa, lentamente, pela marginal, centenas de trabalhadores suam a camisa, ali no prédio: criam logotipos, calculam custos para o escoamento da soja, negociam minério de ferro. Talvez até, quem sabe, deitado num sofá, um homem escute em seu iPod as notas de um oboé.

Alegra-me pensar nesse sujeito de olhos fechados, ouvindo música. Bom saber que, na correria geral, em meio a tantos profissionais que acreditam estar diretamente envolvidos no movimento de rotação da Terra, esse aí reservou-se cinco minutos de contemplação.

Está tarde, contudo. Algo não fecha: por que segue no escritório, esse homem? Por que não voltou para a mulher e os filhos, não foi para o chope ou o cinema? O homem no sofá, entendendo agora, está ainda mais afundado do que os outros. O momento oboé era apenas uma pausa para repor as energias, logo mais voltará à sua mesa e a seus logotipos, à soja ou ao minério de ferro.

“Onze mil, cento e cinquenta”, diz o taxista, me mostrando o celular. Não entendo. “É o SMS do meu cunhado: 11.150 tomadas.”

Olho o prédio mais uma vez, admirado com a instalação elétrica e nossa heteróclita humanidade, enquanto seguimos, feito cágados, pela marginal.

(Antonio Prata, *Folha de S.Paulo*, 06.03.2013. Adaptado)

18. No primeiro parágrafo, ao apreciar o edifício apontado pelo taxista, o pensamento a que o narrador dá mais importância refere-se

- (A) à diversidade de atividades às quais os homens se dedicam.
- (B) ao progresso tecnológico que avança de modo acelerado.
- (C) ao espírito tão pragmático do homem moderno que chega a ser doentio.
- (D) à enorme quantia de dinheiro investido na construção do edifício.
- (E) ao materialismo dos homens que trabalham exclusivamente por dinheiro.

19. É correto afirmar que, no texto, o oboé representa o

- (A) barulho e a agitação.
- (B) consumismo e a insensibilidade.
- (C) prazer e a introspecção.
- (D) cansaço e a apatia.
- (E) progresso e a modernidade.

20. No trecho do primeiro parágrafo – “Fio, disjuntor, tomada, tudo!”, insiste o motorista, com tanto orgulho que chega a contaminar-me. –, a construção **tanto ... que** estabelece entre as construções [com **tanto** orgulho] e [que chega a contaminar-me] uma relação de

- (A) finalidade e concessão.
- (B) condição e finalidade.
- (C) proporção e comparação.
- (D) conformidade e proporção.
- (E) causa e consequência.

21. A partir da leitura do texto, é correto afirmar que o número de 10.800, para se referir à quantidade de tomadas no edifício, representa um valor

- (A) estimado, obtido por um cálculo lógico, mas não exato, feito com a consciência da falta de dados mais concretos.
- (B) preciso, embora obtido por um cálculo que o próprio autor reconhece como ilógico, pois foi baseado em dados irrelevantes, como o número de salas por andar.
- (C) exato, obtido por um cálculo racional e atestado com dados verificados em uma rápida consulta à internet.
- (D) irreal, obtido por meio um cálculo feito com a intenção de contrariar a realidade e, com isso, criar uma situação fantasiosa e divertida.
- (E) comprovado, obtido por um cálculo feito a partir dos números cedidos pelo responsável pela instalação elétrica do prédio.

22. No trecho do sexto parágrafo – Bom saber que, na correria geral, em meio a tantos **profissionais que acreditam estar diretamente envolvidos no movimento de rotação da Terra**, esse aí reservou-se cinco minutos de contemplação. –, o segmento em destaque expressa, de modo figurado, um sentido equivalente ao da expressão: profissionais que acreditam ser

- (A) flexíveis, que sabem valorizar os momentos de ócio.
- (B) incompreendidos, que são obrigados a trabalhar além do expediente.
- (C) metódicos, que gerenciam com rigidez a vida corporativa.
- (D) indispensáveis, que consideram realizar um trabalho de grande importância.
- (E) desvalorizados, que não são devidamente reconhecidos.

23. No último parágrafo – Olho o prédio mais uma vez, admirado com a instalação elétrica e nossa heteróclita humanidade, enquanto seguimos, **feito cágados**, pela marginal. –, a expressão em destaque enfatiza a ideia de que eles seguem de modo

- (A) consciente.
- (B) remediável.
- (C) moroso.
- (D) fortuito.
- (E) desembaraçado.

24. Considerando a norma-padrão da língua, assinale a alternativa em que os trechos destacados estão corretos quanto à regência, verbal ou nominal.

- (A) A corrida com o taxista possibilitou que o autor **reparasse a um** prédio na marginal.
- (B) O prédio que o taxista mostrou **dispunha de** mais de dez mil tomadas.
- (C) O taxista levou o autor a **indagar no** número de tomadas do edifício.
- (D) O autor fez **conjecturas sob** a possibilidade de haver um homem que estaria ouvindo as notas de um oboé.
- (E) Centenas de trabalhadores estão **empenhados de** criar logotipos e negociar.

25. Assinale a alternativa em que a colocação pronominal está de acordo com a norma-padrão da língua.

- (A) Muitas empresas não preocupam-se com o horário de entrada ou de saída dos seus funcionários.
- (B) Aparentemente, há pessoas que dedicam-se mais ao trabalho do que à família ou aos amigos.
- (C) Ninguém posiciona-se contra a ideia de que é essencial intercalar horas de trabalho com lazer.
- (D) A preocupação com a produtividade apresenta-se como justificativa para o trabalho excessivo.
- (E) Há quem considere-se mais produtivo no período noturno, quando os escritórios estão vazios.

26. Sendo uma empresa pública, a gestão da Petrobras está sob o comando do governo federal [...]. O combate à inflação levou o Executivo a segurar o preço dos combustíveis, apesar do aumento de sua cotação internacional, limitando os ganhos financeiros com a produção. O quadro de desequilíbrio agravou-se em 2012. O crescimento do consumo nacional obrigou a Petrobras a importar grande volume de combustível, vendendo no mercado interno mais barato do que o valor despendido lá fora, com as cotações em alta.

(A produção patina, mesmo com o pré-sal, In. *Almanaque Abril 2013*, p. 104-105. Adaptado)

O excerto refere-se à situação financeira da Petrobras, que tem sido objeto de análises e discussões. Interpretando-se o excerto, pode-se afirmar que os atuais problemas financeiros da estatal derivam de sua

- (A) atividade de extração de petróleo e do encarecimento do maquinário importado.
- (B) permanência no setor de combustíveis fósseis e da expansão de novas fontes de energia.
- (C) oposição às diretrizes governamentais e da falta de recursos orçamentários estatais.
- (D) dependência do mercado de capital e da diminuição do valor de suas ações.
- (E) utilização como recurso de política econômica e da situação econômica do país.

27. Em Washington, a maior reforma da imigração em décadas tornou mais rígida a segurança na fronteira entre o México e os EUA. Mas há outra fronteira que torna a tarefa ainda mais desafiadora: o limite poroso entre o México e a América Central. O marido de Elvira López Fernández, natural da Guatemala, morreu quatro anos atrás, deixando-a viúva aos 18 anos. Sem conseguir trabalho, ela disse que decidiu unir-se a um irmão que havia chegado à Flórida. Ele lhe garantiu que lá havia empregos, e ela esperava ganhar o suficiente para sustentar sua filha e outros parentes em seu país.

(México é via de imigração ilegal. In. *The New York Times*, em colaboração com *Folha de S.Paulo*, 06.05.2013, p. 01 e 02. Adaptado)

Alguns países europeus, assim como os Estados Unidos da América, procuram evitar a entrada de imigrantes ilegais nos seus territórios. A história da guatemalteca Elvira Lopes Fernández resume as causas essenciais do fenômeno contemporâneo das migrações internacionais, que são as

- (A) situações econômicas nos países de origem e a disponibilidade de trabalho nos países de adoção.
- (B) revoluções sociais na América Latina e a política de proteção aos trabalhadores nas economias capitalistas.
- (C) independências políticas na África e na América Latina e a expansão dos direitos democráticos nessas regiões.
- (D) condições adversas de habitação em amplas regiões do globo e a facilidade de acesso à terra nos países industrializados.
- (E) automações do trabalho nas economias em fase de industrialização e a queda da natalidade nos países centrais.

28. Considerada a pior dos últimos 50 anos, a seca que atinge o Nordeste desde 2011 já provocou ao menos R\$ 3,6 bilhões em perdas diretas nas lavouras da região. Para chegar ao balanço do rombo econômico da atual seca, o economista-chefe do IBGE, em Natal, Aldemir Freire, comparou valor e quantidade de dez culturas (feijão, castanha de caju, arroz, mandioca, milho, algodão, banana, cana-de-açúcar, café e soja) produzidas na região em 2011 e 2012. O prejuízo equivale, por exemplo, a quase metade do valor total da transposição do rio São Francisco, orçada em R\$ 8,2 bilhões. Até o dia 10 de abril, pelo balanço mais recente, 1 367, municípios e 10,4 milhões de brasileiros sofriam os efeitos da estiagem.

(Nelson Barros Neto e Renata Moura. Pior seca em 50 anos fecha empregos e arruína lucros, *Folha de S.Paulo*, Caderno B, 05.05.2013, p. 08. Adaptado)

As secas periódicas do interior do Nordeste são acontecimentos recorrentes na história do Brasil. O texto, que traz informações sobre a seca atual, faz uma descrição

- (A) da política regional, dominada pelos grandes proprietários, que controlam o poder por meio de fraudes eleitorais.
- (B) dos incentivos econômicos, implementados pelo governo federal, que consistem no financiamento da atividade artesanal.
- (C) de indicadores da produção econômica da região, voltada para o mercado, que mobiliza um volume significativo de recursos.
- (D) do perímetro da economia agrícola, baseada na pequena propriedade, cuja produção visa o consumo imediato das famílias camponesas.
- (E) da natureza da sociedade local, caracterizada pela desigualdade, que ostenta grande concentração de renda monetária.

29. Paulo Vanzolini foi cientista, especializado em zoologia, e sambista. Nasceu em São Paulo, em 1923, e morreu na mesma cidade, em 28 de maio de 2013. Foi compositor de músicas que retratam as experiências de vida na cidade de São Paulo, das quais são exemplos *Ronda e Praça Clóvis*. Leia a seguir, a letra de *Capoeira do Arnaldo*, outra conhecida composição do autor.

*Quando eu vim da minha terra*

[...]

*Passei frio, passei fome*

[...]

*Quando eu vim de minha terra*

*Não sabia o que é sobrosso\**

[...]

*Coragem de tigre moço*

[...]

*Rifle no papo amarelo*

*Peixeira cabo de osso*

*Medalha de padre Cícero*

*E rosário de caroço...*

\* Medo, receio.

A letra expressa um fenômeno social fundamental da história do Brasil, que se estende a nossa contemporaneidade, que é

- (A) o deslocamento populacional e a presença de conteúdos culturais regionais em novos contextos sociais.
  - (B) a perda de identidade cultural de populações oriundas de países vizinhos e a sua instalação em um mundo novo.
  - (C) o processo de democratização crescente da sociedade brasileira e o acesso de novos grupos sociais ao direito de voto.
  - (D) a expansão dos direitos dos trabalhadores urbanos e a formação de sindicatos de operários.
  - (E) a ascensão social de camadas de indivíduos marginalizados e a sua adaptação à civilização urbana do país.
30. Pesquisas recentes realizadas nos países da União Europeia e divulgadas pela imprensa do exterior e do Brasil dão conta que três entre quatro cidadãos europeus entrevistados acreditam que a crise, que atinge muitas economias do continente, irá piorar em 2014. Na Espanha, a maioria dos entrevistados julga que o governo está reduzindo demasiadamente os gastos públicos e que isso pode levar à
- (A) insegurança nas fronteiras, enfraquecimento militar e ocupação estrangeira.
  - (B) queda da demanda de bens e serviços, aumento do desemprego e baixa dos salários.
  - (C) perda de autonomia política, privatização do ensino e independência das regiões.
  - (D) estatização de empresas públicas, crise cultural e movimentos sociais.
  - (E) internacionalização econômica, suspensão da democracia e ditadura militar.



31. Na tabela de distribuição de frequência a seguir, feita para uma amostra, alguns valores foram apagados e substituídos pelas letras A, B, C e D. No entanto, com os dados que restaram, poderíamos recuperar os que foram apagados.

AGRUPAMENTO DOS DADOS EM CLASSES	$f_i$ FREQUÊNCIA DOS DADOS	$x_i$ PONTO MÉDIO DAS CLASSES	$x_i \times f_i$	$d^2$ QUADRADOS DOS DESVIOS	$d^2 \times f_i$
0 a < 10	2	5	10	338,56	677,12
10 a < 20	A	15	90	70,56	423,36
20 a < 30	B	25	C	2,56	30,72
30 a < 40	4	35	140	134,56	538,24
40 a < 50	1	45	45	466,56	466,56
TOTAIS			D		2.136

Recuperando os dados que faltam, pode-se afirmar corretamente que

- (A) o valor de A é 8.
  - (B) a média aritmética ponderada da amostra é 23,4.
  - (C) a amostra tem 30 dados.
  - (D) a mediana é 30.
  - (E) o valor de D é 555.
32. Numa distribuição de frequência em que o intervalo entre a média menos o desvio padrão e a média mais o desvio padrão vai de 14,6 a 17,8, o valor da variância é de
- (A) 16,2.
  - (B) 16,8.
  - (C) 3,2.
  - (D) 1,6.
  - (E) 2,56.
33. Um teste de conhecimento tem 10 questões do tipo *verdadeiro* ou *falso*. Suponha que uma pessoa entre para esse teste disposta a “chutar” todas as questões. Desse modo, a probabilidade de que essa pessoa acerte a metade das questões é
- (A) de exatamente 50%.
  - (B) de mais de 50%.
  - (C) de exatamente 20%.
  - (D) a mesma probabilidade de errar a metade delas.
  - (E) de exatamente 16%.

34. Em certa localidade, as medidas dos calçados para homens são normalmente distribuídas com média 40 e desvio padrão de 2. Pesquisas recentes realizadas pelas indústrias de calçados revelaram que há cerca de 2% de homens dessa localidade com pés tão grandes que necessitam de calçados especiais. De acordo com os dados, o número inteiro mais próximo que representa a medida de calçado a partir da qual estão os 2% de homens que calçam números maiores é

**Dado:** tabela da Distribuição Normal Padrão encontra-se no final deste caderno.

- (A) 46.
- (B) 41.
- (C) 45.
- (D) 44.
- (E) 43.

35. O conjunto de dados a seguir constitui uma pequena amostra colhida para uma pesquisa:

20, 23, 25, 26, 26, 27, 27, 27, 31

Comparando as três medidas, a saber: *média*, *mediana* e *moda* do conjunto, pode-se afirmar corretamente que

- (A) a mediana é a maior entre elas.
- (B) a soma da mediana com a moda é igual a 57.
- (C) a média é a menor entre elas.
- (D) o gráfico da distribuição de frequência é perfeitamente simétrico.
- (E) as três medidas são iguais.

36. Levando em conta os fatores, *propaganda*, *preço* e *qualidade*, especialistas mediram o potencial de venda de um certo tipo de produto fabricado por apenas três empresas concorrentes, denominadas aqui de empresa A, empresa B e empresa C. As conclusões foram as seguintes: i) o produto fabricado em A tem  $1/3$  da probabilidade de venda do produto fabricado em B, ii) o produto fabricado em C tem 2 vezes a probabilidade de venda do produto fabricado em B. Se um produto é vendido no mercado, a probabilidade de que seja da empresa C é de

- (A) 60%.
- (B) 10%.
- (C) 30%.
- (D) 45%.
- (E) 75%.

Considere o texto e a tabela apresentados a seguir para responder às questões de números 37 e 38.

37. Ao descontar um título em um banco, utiliza-se uma taxa de desconto comercial. O desconto é proporcional à taxa de juros e ao prazo. Quando vários títulos com prazos diferentes são descontados, uma das maneiras é calcular o prazo médio dos títulos. A média dos prazos deve ser ponderada, ou seja, o prazo associado ao maior capital tem maior peso enquanto o prazo associado ao menor capital tem menor peso. Considere os quatro títulos a seguir:

VALOR DO TÍTULO	PRAZO ATÉ O VENCIMENTO
R\$ 300,00	6 dias
R\$ 200,00	10 dias
R\$ 50,00	24 dias
R\$ 650,00	40 dias

Nesse caso, o prazo médio dos títulos é de

- (A) 80 dias.
  - (B) 20 dias.
  - (C) 22,48 dias.
  - (D) 24 dias.
  - (E) 25,83 dias.
38. À taxa de descontos de 6% ao mês, o valor total dos descontos será de
- (A) R\$ 124,00.
  - (B) R\$ 76,20.
  - (C) R\$ 14,80.
  - (D) R\$ 62,00.
  - (E) R\$ 96,00.
39. Uma dívida de R\$ 20.000,00 foi quitada por R\$ 21.000,00, cinco meses após ser contratada. A taxa mensal de juros simples da operação foi de
- (A) 0,1%.
  - (B) 1%.
  - (C) 0,5%.
  - (D) 10%.
  - (E) 5%.

40. O gerente de uma loja tem títulos de cobrança com 3 agentes, A, B e C. Ele quer distribuir os R\$ 340.000,00 para cobrança de modo que cada agente receba proporcionalmente ao que cada um deles recebeu no último mês. No último mês, o agente A recebeu 80% dos títulos, o agente B recebeu 70% e o agente C recebeu apenas 50%. Nessas condições, pode-se afirmar corretamente que

- (A) a soma do que receberam B e C foi de R\$ 238.000,00.
- (B) o agente A recebeu R\$ 136.000,00.
- (C) o agente B recebeu R\$ 102.000,00.
- (D) o agente C recebeu R\$ 170.000,00.
- (E) a soma do que receberam A e B foi de R\$ 242.000,00.

41. Uma pessoa adquiriu um bem e pagou o seu valor total em duas parcelas do seguinte modo: uma primeira parcela de 30% do valor total foi paga à vista; uma segunda parcela no valor de R\$ 856,80 foi paga 1 mês após a data da compra. Se a taxa de juros, já incluída no valor da segunda parcela, foi de 2% ao mês, então o valor da primeira parcela foi de

- (A) R\$ 257,04.
- (B) R\$ 428,40.
- (C) R\$ 400,00.
- (D) R\$ 360,00.
- (E) R\$ 367,20.

42. Considere uma aplicação financeira no valor de R\$ 32.000,00, a juros compostos de 1% ao mês, pelo prazo de 2 meses. Sabendo que o aplicador pagou imposto de 20% sobre o rendimento da aplicação, pode-se afirmar corretamente que

- (A) o valor líquido do resgate foi de R\$ 32.640,00.
- (B) o montante, antes do imposto, foi R\$ 32.692,00.
- (C) o valor do imposto foi de R\$ 128,64.
- (D) o rendimento líquido da aplicação foi de R\$ 492,00.
- (E) o rendimento líquido foi de R\$ 265,64.

Considere a tabela seguinte, que descreve o plano de amortização das quatro primeiras prestações de uma dívida de R\$ 42.800,00 pelo Sistema de Amortização Constante (SAC), para responder às questões de números 43 e 44.

PARCELA	PRESTAÇÃO	JUROS	AMORTIZAÇÃO	SALDO DEVEDOR
0				R\$ 42.800,00
1	R\$ 2.782,00	R\$ 642,00	R\$ 2.140,00	R\$ 40.660,00
2	R\$ 2.749,90	R\$ 609,90	R\$ 2.140,00	R\$ 38.520,00
3	R\$ 2.717,80	R\$ 577,80	R\$ 2.140,00	R\$ 36.380,00
4	R\$ 2.685,70	R\$ 545,70	R\$ 2.140,00	R\$ 34.240,00

43. O prazo de liquidação e a taxa de juros mensal que corrige cada prestação são, respectivamente,

- (A) 20 meses e 1,5% ao mês.
- (B) 20 meses e 2% ao mês.
- (C) 20 meses e 1% ao mês.
- (D) 40 meses e 1,5% ao mês.
- (E) 10 meses e 2% ao mês.

44. O valor da 15.<sup>a</sup> prestação será de

- (A) R\$ 2.140,00.
- (B) R\$ 2.300,50.
- (C) R\$ 2.332,60.
- (D) R\$ 2.589,40.
- (E) R\$ 2.268,40.

45. Uma loja cobra 5% ao mês de juros nas vendas à prazo. Um eletrodoméstico é vendido em 3 prestações de R\$ 420,00, sendo a primeira parcela paga no ato da compra. Isso significa que seu preço à vista é de, aproximadamente,

- (A) R\$ 1.260,00.
- (B) R\$ 1.140,00.
- (C) R\$ 840,00.
- (D) R\$ 1.184,00.
- (E) R\$ 1.200,00.

## DIREITO CONSTITUCIONAL

As questões de números 46 a 51 referem-se à Constituição da República.

46. A respeito dos direitos e deveres individuais e coletivos, assinale a alternativa correta.

- (A) Todos os tratados e convenções internacionais que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, pela maioria absoluta dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.
- (B) As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais dependem de regulamentação legal para sua efetiva aplicação.
- (C) O Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que declararem insuficiência de recursos, independentemente de comprovação.
- (D) O Brasil submete-se à jurisdição de Tribunal Penal Internacional a cuja criação tenha manifestado adesão.
- (E) Qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular, com o fim de anular ato lesivo ao meio ambiente, ficando sempre o autor isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.

47. Compete privativamente à União legislar sobre

- (A) os registros públicos.
- (B) a proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico.
- (C) o direito tributário.
- (D) a proteção à infância e à juventude.
- (E) os procedimentos em matéria processual.

48. A respeito das medidas provisórias, é correto afirmar que

- (A) sua reedição é vedada em caso de rejeição pelo Congresso Nacional ou na hipótese da perda de sua eficácia, por decurso de prazo, na mesma sessão legislativa.
- (B) seu uso é permitido em matéria reservada a lei complementar.
- (C) sua adoção independe de situação de urgência ou de necessidade, em se tratando de matéria legislativa privativa do presidente da república.
- (D) possui força de lei, equiparando-se às leis delegadas, de efeitos temporários e excepcionais.
- (E) sua votação inicia-se no Senado Federal.

49. Assinale a alternativa que corresponde a um dos requisitos para o exercício do cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União.
- (A) Ser brasileiro nato.
  - (B) Ter notórios conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros ou de administração pública.
  - (C) Ter menos de sessenta anos de idade.
  - (D) Ter mais de dez anos de exercício de cargo ou de função na administração pública, em que exija conhecimentos jurídicos e contábeis.
  - (E) Ter mais de trinta anos de idade.
50. Em relação ao Sistema Tributário Nacional, é correto afirmar que
- (A) as contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico sempre incidirão sobre as receitas decorrentes de exportação.
  - (B) compete ao governo do Território Federal a cobrança dos impostos estaduais de sua atribuição e, se o Território não for dividido em Municípios, cumulativamente, os impostos municipais.
  - (C) os Municípios e o Distrito Federal poderão instituir contribuição, na forma das respectivas leis, para o custeio do serviço de iluminação pública.
  - (D) compete privativamente aos Estados federados instituir contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas.
  - (E) no território do Distrito Federal, caberá à União a cobrança dos impostos estaduais, enquanto a cobrança dos impostos municipais caberá ao governo do próprio Distrito Federal.
51. No tocante à ordem econômica e financeira, assinale a alternativa correta.
- (A) Só é permitida ao Estado brasileiro a exploração indireta de atividade econômica, a fim de não configurar abuso do poder econômico.
  - (B) A não intervenção do Estado na ordem econômica é um dos pressupostos para a redução das desigualdades regionais e sociais.
  - (C) As empresas públicas e as sociedades de economia mista podem gozar de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado.
  - (D) Não é permitida qualquer forma de exploração de atividade econômica pelo Estado brasileiro.
  - (E) A lei definirá a exploração direta de atividade econômica pelo Estado, que só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, ressalvados os casos previstos na Constituição.
52. De acordo com a Lei Geral da Previdência no Serviço Público, Lei n.º 9.717/98 e alterações, os regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito Federal
- (A) não poderão conceder benefícios distintos daqueles previstos no Regime Geral de Previdência Social, salvo disposição em contrário da Constituição Federal.
  - (B) poderão conceder aposentaria especial, nas mesmas regras previstas no Regime Geral de Previdência Social.
  - (C) poderão contar o tempo de contribuição em dobro, em caso de servidores militares ou civis que exercem funções públicas em fronteira.
  - (D) poderão conceder benefícios distintos daqueles previstos no Regime Geral de Previdência Social.
  - (E) poderão conceder aposentadoria especial, até a entrada em vigor de futura lei complementar federal, a qual disciplinará a matéria.
53. De acordo com o Regulamento da Previdência Social, Decreto n.º 3.048/99 e alterações, o tempo de contribuição poderá ser contado, dentre outras, da seguinte forma:
- (A) o tempo de contribuição anterior à obrigatoriedade de filiação à previdência social não poderá ser contado.
  - (B) o tempo de contribuição utilizado para concessão de aposentadoria por um regime poderá ser contado por outro regime.
  - (C) o tempo de contribuição do segurado trabalhador rural anterior a novembro de 1991 será computado, independentemente de comprovação.
  - (D) será admitida a contagem do tempo de contribuição em dobro, ou em outras condições especiais, desde que justificada.
  - (E) é vedada a contagem de tempo de contribuição no serviço público com o de contribuição na atividade privada, quando concomitantes.
- As questões de números 54 e 55 referem-se à Lei estadual n.º 14.653/2011.
54. Entende-se por patrocinador
- (A) os municípios paulistas, desde que firmem convênio de adesão com a Secretaria da Fazenda.
  - (B) o Estado de São Paulo, por meio dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Tribunal de Contas, das Universidades, do Ministério Público e da Defensoria Pública.
  - (C) os municípios paulistas, suas autarquias e fundações, mediante prévia autorização do Conselho Deliberativo do Tribunal de Contas do Estado.
  - (D) o Estado de São Paulo, apenas por meio do Poder Judiciário, Tribunal de Contas, das Universidades, do Ministério Público e da Defensoria Pública.
  - (E) o Estado de São Paulo, somente por meio dos Poderes Executivo e Legislativo.

**55.** O regime de previdência complementar

- (A) não se aplica aos servidores da Secretaria da Fazenda que ingressaram no serviço público estadual após a data da publicação da mencionada lei.
- (B) não poderá ser oferecido aos servidores titulares de cargos efetivos dos municípios do Estado de São Paulo.
- (C) não poderá ser oferecido aos Deputados da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.
- (D) possui caráter facultativo.
- (E) possui caráter obrigatório.

As questões de números **56 a 60** referem-se à Constituição do Estado de São Paulo.

**56.** Uma emenda à Constituição do Estado poderá ser proposta

- (A) por mais de um terço das Câmaras Municipais do Estado, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.
- (B) pelo Presidente da Assembleia Legislativa.
- (C) por cidadãos, mediante iniciativa popular assinada, no mínimo, por dois por cento dos eleitores.
- (D) por dois terços, no mínimo, dos membros da Assembleia Legislativa.
- (E) pelo Vice-Governador do Estado.

**57.** A fiscalização dos tributos estaduais é exercida

- (A) concorrentemente pela administração fazendária, por seus agentes fiscais de rendas e pelas autoridades policiais.
- (B) cumulativamente pelos agentes fiscais de rendas e autoridades policiais.
- (C) privativamente pela administração fazendária e por seus agentes fiscais de rendas.
- (D) exclusivamente pelas autoridades policiais e seus agentes.
- (E) residualmente pelos agentes fiscais municipais.

**58.** Os serviços públicos concedidos ou permitidos

- (A) ficarão sujeitos à regulamentação e fiscalização do Poder Público, mas não poderão ser retomados antes do término do prazo da concessão ou da permissão.
- (B) ficarão sujeitos apenas quanto à fiscalização do Poder Público, vez que tais serviços não serão subsidiados pelo Poder Público, quando prestados por particulares.
- (C) ficarão sujeitos apenas quanto à regulamentação do Poder Público, vez que tais serviços não serão subsidiados pelo Poder Público, quando prestados por particulares.
- (D) ficarão sempre sujeitos à regulamentação e fiscalização do Poder Público e poderão ser retomados, quando não atendam satisfatoriamente aos seus fins ou às condições do contrato.
- (E) não ficarão sujeitos à regulamentação e fiscalização do Poder Público, mas poderão ser retomados, na hipótese de não atenderem aos fins ou às condições do contrato.

**59.** Quanto ao regime jurídico dos servidores públicos, assinale a alternativa correta.

- (A) A lei assegurará aos servidores da administração direta isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou semelhantes do mesmo Poder, incluindo-se as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza ou ao local de trabalho.
- (B) O Estado responsabilizará os seus servidores por alance e outros danos causados à Administração, ou por pagamentos efetuados em desacordo com as normas legais, sujeitando-os ao sequestro e perdimento dos bens, nos termos da lei.
- (C) A lei assegurará aos servidores da administração direta proporcionalidade de subsídios entre servidores dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.
- (D) Os servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público terão regimes jurídicos específicos, a critério de cada carreira.
- (E) As vantagens de qualquer natureza poderão ser instituídas por decreto do Governador do Estado e quando atendam efetivamente ao interesse público e às exigências do serviço.

**60.** Compete ao Estado de São Paulo instituir

- (A) imposto sobre doação de bens móveis, títulos e créditos, cujo doador estiver domiciliado fora do Estado de São Paulo.
- (B) empréstimo compulsório sobre propriedade de veículos automotores.
- (C) imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias que destinem mercadorias para o exterior.
- (D) imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte municipal.
- (E) imposto sobre a transmissão de bens *causa mortis*.

**61.** Assinale a alternativa que contempla somente pessoas jurídicas integrantes da Administração Indireta do Estado de São Paulo.

- (A) Sociedades de economia mista estaduais e Tribunal de Contas do Estado.
- (B) Autarquias estaduais e empresas públicas estaduais.
- (C) Escolas Estaduais e empresas públicas estaduais.
- (D) Delegacias de Polícias e autarquias estaduais.
- (E) Secretarias Estaduais e Ministério Público Estadual.

**62.** A Constituição Federal estabelece que a Administração Pública deve atender, entre outros, o princípio da moralidade. Nesse sentido, a ação disponível ao cidadão, sem o pagamento de custas, prevista no próprio texto constitucional, que visa anular atos lesivos a esse princípio, é

- (A) a ação popular.
- (B) o mandado de segurança.
- (C) a ação anulatória de ato administrativo.
- (D) a ação de improbidade administrativa.
- (E) a ação civil pública.

**63.** Considerando a teoria geral do ato administrativo no direito brasileiro, assinale a alternativa correta.

- (A) Atos e fatos administrativos são espécies de condutas administrativas, que se subdividem em voluntários e naturais.
- (B) Ao Poder Judiciário compete, primordialmente, o controle de legalidade e do mérito dos atos administrativos vinculado e discricionário.
- (C) A competência para a prática do ato administrativo admite a delegação, mas não a avocação.
- (D) Em obediência ao princípio da solenidade das formas, os atos administrativos são exteriorizados por meio escrito, não se admitindo a prática de atos por gestos, palavras ou sinais.
- (E) O cumprimento do ato administrativo pode ser exigido do cidadão pela própria Administração, dispensando-se a intervenção do Poder Judiciário.

**64.** Conforme dispõe a Lei do Procedimento Administrativo do Estado de São Paulo (Lei n.º 10.177/98), na hipótese de constatar-se, por exemplo, que uma pensão decorrente de morte estava sendo paga pelo Estado ao beneficiário de forma ilegal, esse benefício

- (A) não poderá ser invalidado pela Administração e nem pelo Judiciário, que não têm poderes para fazê-lo em se tratando de benefício já incorporado ao patrimônio do pensionista.
- (B) poderá ser invalidado pela própria Administração a qualquer tempo, independentemente da data da sua concessão, tendo em vista a ilegalidade do ato que a gerou.
- (C) poderá ser invalidado pela própria Administração se não ultrapassado o prazo de dez anos da data da produção do ato que a concedeu.
- (D) não poderá ser invalidado pela própria Administração, devendo esta buscar a invalidação perante o Judiciário, independentemente do prazo que o benefício vinha sendo pago.
- (E) não poderá ser invalidado pela Administração, uma vez que se trata de prestação de caráter alimentar, que não pode ser revogada.

**65.** Entre outros atos administrativos, a Lei n.º 10.177/98 prevê como atos de competência privativa a Resolução e, de competência comum, a Portaria. Assim sendo, assinale a alternativa que apresenta corretamente autoridades competentes para expedir, respectivamente, esses tipos de atos.

- (A) O Governador e Secretários de Estado.
- (B) Promotores de Justiça e autoridades policiais.
- (C) Dirigentes das Entidades descentralizadas e Reitores das Universidades.
- (D) Secretários de Estado e Diretores de Serviço.
- (E) Procurador Geral do Estado e órgãos colegiados.

**66.** Assinale a alternativa correta a respeito dos recursos, conforme disposto na Lei de Procedimentos Administrativos do Estado de São Paulo (Lei n.º 10.177/98).

- (A) Esgotados os recursos, a decisão final tomada em procedimento administrativo formalmente regular não poderá ser modificada pela Administração, salvo por decisão de responsabilidade pessoal do Governador.
- (B) Serão objeto de agravo de instrumento, na esfera administrativa, os atos de mero expediente ou preparatórios de decisões.
- (C) Salvo disposição legal em contrário, o prazo para apresentação de recurso ou pedido de reconsideração será de 30 (trinta) dias contados da publicação ou notificação do ato.
- (D) Em atendimento ao princípio da supremacia do interesse público, em nenhuma hipótese o recurso administrativo será recebido no efeito suspensivo, mas somente no devolutivo.
- (E) À Procuradoria Geral do Estado compete recorrer, de ofício, de decisões que contrariarem Súmula Administrativa ou Despacho Normativo do Governador do Estado.

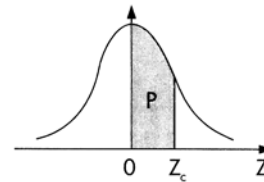


67. Juno, funcionário público estadual estatutário, havia sido demitido do serviço público, mas obteve judicialmente a anulação da sua demissão, com ressarcimento de prejuízos resultantes do afastamento, sendo que essa decisão transitou em julgado. Segundo o Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado de São Paulo, o reingresso de Juno no serviço público se efetivará por meio da(o)
- (A) readmissão.
  - (B) reaproveitamento.
  - (C) reversão.
  - (D) reintegração.
  - (E) provimento reflexo.
68. A empresa ABC Ltda. comparece ao setor de protocolo de uma repartição pública estadual com o objetivo de protocolar petição pedindo providências contra uma ilegalidade de que foi vítima no serviço público. Considerando o disposto no Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado de São Paulo, é correto afirmar, nessa situação, que o funcionário do setor de protocolo
- (A) poderá receber a petição, desde que a empresa ABC pague os emolumentos devidos para esse tipo de requerimento, conforme estabelecem as normas do respectivo órgão público.
  - (B) deverá receber a petição, já que a empresa ABC tem esse direito legalmente garantido, independentemente do pagamento de taxas, sob pena de responsabilidade do servidor se este se recusar a recebê-la.
  - (C) não deve receber a petição, posto que esse direito não é conferido pela lei às pessoas jurídicas, mas somente às pessoas físicas.
  - (D) não poderá receber a petição, porque, embora esse direito seja garantido às pessoas físicas e jurídicas de forma geral, o objetivo buscado pela empresa ABC, com o requerimento, não tem previsão legal.
  - (E) não deve receber a petição, uma vez que esse tipo de pedido não pode ser feito diretamente à Administração Pública, mas deve ser dirigido ao Poder Judiciário.
69. Minerva, funcionária pública estadual, comovida com a situação de uma amiga que está passando por sérios problemas financeiros e de saúde, resolve ajudá-la promovendo uma lista de donativos dentro da sua repartição, pedindo um pequena contribuição de cada colega de trabalho em benefício da referida amiga. Segundo o disposto no Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado de São Paulo, essa conduta de Minerva
- (A) é proibida por lei.
  - (B) pode ser adotada, desde que devidamente autorizada pelo chefe da repartição e que não atrapalhe o bom andamento do serviço público.
  - (C) se constitui em uma das exceções permitidas por lei que autoriza Minerva a adotá-la, tendo em vista o pequeno valor por ela solicitado e o nobre objetivo de seu ato.
  - (D) é legalmente permitida.
  - (E) não é disciplinada por lei e, portanto, nada impede Minerva de assim agir.
70. A Administração Pública Estadual estabeleceu que todo servidor público do Estado está obrigado a efetuar o seu recadastramento anual, fornecendo alguns dados pessoais ao setor competente do Estado. Conforme o Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado de São Paulo, essa determinação
- (A) tem previsão legal e seu descumprimento pelo servidor acarreta a sua demissão a bem do serviço público.
  - (B) não tem previsão legal e, portanto, não pode ser exigida pela Administração.
  - (C) é ilegal, uma vez que o servidor não pode ser obrigado a fornecer seus dados pessoais.
  - (D) poderá acarretar a suspensão dos vencimentos, caso o servidor, sem justa causa, não a atenda no prazo estabelecido.
  - (E) é legalmente permitida, mas se não for atendida pelo servidor, não poderá gerar suspensão de pagamentos ou remuneração.

71. Durante a instrução de processo administrativo disciplinar, regido pela Lei n.º 10.261/68, constatou-se a existência de uma nulidade processual. No entanto, esse processo já conta com a respectiva decisão de mérito. Considerando esses fatos, bem como o que dispõe a referida lei, pode-se afirmar que
- (A) a nulidade não poderá ser declarada, tendo em vista que o processo já conta com decisão proferida, restando superada a questão de eventuais nulidades processuais.
  - (B) não será declarada a nulidade do ato processual se esse não houver influido na apuração da verdade substancial ou diretamente na decisão.
  - (C) a declaração de nulidade deve, obrigatoriamente, ser efetivada de ofício pela autoridade competente.
  - (D) a nulidade será declarada, independentemente dos efeitos produzidos, apenas se houver requerimento de uma das partes.
  - (E) será obrigatória, em qualquer caso, a declaração de nulidade do ato processual, independentemente dos seus efeitos.
72. Dentre as modalidades de serviços públicos, encontram-se aqueles denominados *uti universi* e *uti singuli*. Nesse sentido, assinale a alternativa que contém, correta e respectivamente, exemplos desses dois tipos de serviços públicos.
- (A) Iluminação pública e policiamento.
  - (B) Fornecimento de água e varrição de ruas.
  - (C) Pavimentação de ruas e comunicação telefônica.
  - (D) Coleta de esgoto e calçamento.
  - (E) Atendimento médico de emergência e limpeza de logradouros e praças.
73. Considerando as formas de prestação dos serviços públicos, quando há alienação, por parte do Estado, de direitos que lhe asseguravam preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores da sociedade prestadora de serviços, ocorre a denominada
- (A) delegação legal.
  - (B) descentralização por outorga.
  - (C) gestão associada.
  - (D) parceria público-privada.
  - (E) desestatização.
74. Assinale a alternativa cujo conteúdo está de acordo com o disposto na Lei de Licitações e Contratos (Lei n.º 8.666/93).
- (A) Para os fins da Lei, consideram-se serviços técnicos profissionais especializados, entre outros, os trabalhos relativos a assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias.
  - (B) A licitação será sigilosa, sendo, porém, públicos e acessíveis ao público os atos de seu procedimento, salvo quanto ao conteúdo das propostas, até a respectiva abertura.
  - (C) Para os efeitos da Lei, considera-se empreitada quando se ajusta mão de obra para pequenos trabalhos por preço certo, com ou sem fornecimento de materiais.
  - (D) É permitido incluir no objeto da licitação a obtenção de recursos financeiros para sua execução, qualquer que seja a sua origem, exceto nos casos de empreendimentos executados e explorados sob o regime de concessão.
  - (E) As licitações para a execução de obras e para a prestação de serviços obedecerão à seguinte sequência: projeto básico; projeto intermediário; projeto acabado; e execução das obras e serviços.
75. A Lei n.º 8.666/93 estabelece as regras para as compras a serem feitas pelos órgãos públicos e demais pessoas sujeitas às disposições da lei. Nesse sentido, considerando o texto expresso do referido diploma legal, é correto afirmar que as compras, sempre que possível, deverão
- (A) evitar o pagamento em parcelas para aproveitar as peculiaridades do mercado.
  - (B) ser processadas através de sistema de preços em aberto.
  - (C) balizar-se pelos preços praticados no setor privado do mesmo ramo de atividades.
  - (D) evitar a padronização de produtos, bens ou serviços.
  - (E) submeter-se às condições de aquisição e pagamento semelhantes às do setor privado.
76. Segundo o disposto na Lei n.º 8.666/93 a respeito das contratações feitas pela Administração, nos casos em que couber convite, a Administração poderá utilizar o(a)
- (A) leilão e, em qualquer caso, a tomada de preços.
  - (B) concorrência e, em qualquer caso, o concurso.
  - (C) concurso e, em qualquer caso, a tomada de preços.
  - (D) tomada de preços e, em qualquer caso, a concorrência.
  - (E) pregão e, em qualquer caso, o leilão.

77. Determinada Secretaria Estadual pretende contratar uma associação de portadores de deficiência física, tendo por objeto a prestação de serviços e fornecimento de mão de obra. Nos moldes da Lei de Licitações e Contratos (Lei n.º 8.666/93), essa pretendida contratação
- (A) não poderá, via de regra, ser realizada, salvo se a associação comprovar a sua idoneidade e o reconhecimento como entidade de utilidade pública pelos órgãos competentes, caso em que será exigida a regular licitação.
  - (B) poderá ser feita, com dispensa de licitação, desde que a entidade seja sem fins lucrativos e de comprovada idoneidade, por órgãos ou entidades da Administração Pública e o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado.
  - (C) não poderá ser concretizada, uma vez que o objeto da licitação é incompatível com a natureza jurídica da associação.
  - (D) poderá ser realizada, condicionada, no entanto, obrigatoriamente, à prévia licitação pública por meio de concorrência.
  - (E) poderá ser efetivada, sem o procedimento licitatório, tendo em vista que é caso de inexigibilidade de licitação, legalmente previsto em lei, considerando que esse tipo de entidade é de utilidade pública.
78. Conforme o disposto na Lei n.º 10.520/2002, uma vez declarado o licitante vencedor no Pregão e este, embora convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar o respectivo contrato, ficará, entre outras cominações, impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios pelo prazo de até
- (A) cinco anos.
  - (B) dez anos.
  - (C) dois anos.
  - (D) um ano.
  - (E) oito anos.
79. Assinale a alternativa correta a respeito do sistema de registro de preços (SRP), disciplinado no Estado de São Paulo pelo Decreto n.º 47.945/2003 e suas respectivas alterações posteriores.
- (A) O prazo máximo de validade do registro de preços será de vinte e quatro meses.
  - (B) Os bens e serviços de informática poderão ser adquiridos por meio do SRP se na licitação a ser realizada puder ser adotado o tipo menor preço.
  - (C) O SRP não poderá ser adotado para aquisição de bens ou serviços que, pelas suas características, ensejem contratações frequentes.
  - (D) Em nenhuma hipótese o objeto da licitação poderá ser subdividido em lotes.
  - (E) As licitações para o SRP serão realizadas nas modalidades Pregão e Concurso.
80. Baseada na Lei de Acesso à Informação, Andrômeda Silva requereu formalmente determinada informação a órgão público. No entanto, a informação por ela solicitada, embora não sigilosa, encontra-se em documento no qual há outros dados considerados sigilosos. Nesse caso, a referida lei estabelece que
- (A) Andrômeda poderá ter acesso ao documento integralmente, uma vez que o direito de acesso à informação do cidadão prevalece sobre o sigilo documental.
  - (B) Andrômeda terá, obrigatoriamente, que recorrer ao Poder Judiciário para obter a informação solicitada, pois a Administração Pública não poderá fornecer-lhe diretamente a informação.
  - (C) é assegurado à Andrômeda o acesso à parte não sigilosa do documento por meio de certidão, extrato ou cópia com ocultação da parte sob sigilo.
  - (D) Andrômeda terá que aguardar por até um ano para obter o acesso à informação solicitada, até que o sigilo documental possa ser analisado e, eventualmente, afastado pela Administração pública.
  - (E) nenhuma informação poderá ser fornecida à Andrômeda em razão do sigilo que incide sobre o respectivo documento.

**Tabela III – Distribuição Normal Padrão**  
 $Z \sim N(0, 1)$   
 Corpo da tabela dá a probabilidade  $p$ , tal que  $p = P(0 < Z < Z_c)$



parte inteira e primeira decimal de $Z_c$	Segunda decimal de $Z_c$										parte inteira e primeira decimal de $Z_c$
	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	
	p = 0										
0,0	00000	00399	00798	01197	01595	01994	02392	02790	03188	03586	0,0
0,1	03983	04380	04776	05172	05567	05962	06356	06749	07142	07535	0,1
0,2	07926	08317	08706	09095	09483	09871	10257	10642	11026	11409	0,2
0,3	11791	12172	12552	12930	13307	13683	14058	14431	14803	15173	0,3
0,4	15542	15910	16276	16640	17003	17364	17724	18082	18439	18793	0,4
0,5	19146	19497	19847	20194	20540	20884	21226	21566	21904	22240	0,5
0,6	22575	22907	23237	23565	23891	24215	24537	24857	25175	25490	0,6
0,7	25804	26115	26424	26730	27035	27337	27637	27935	28230	28524	0,7
0,8	28814	29103	29389	29673	29955	30234	30511	30785	31057	31327	0,8
0,9	31594	31859	32121	32381	32639	32894	33147	33398	33646	33891	0,9
1,0	34134	34375	34614	34850	35083	35314	35543	35769	35993	36214	1,0
1,1	36433	36650	36864	37076	37286	37493	37698	37900	38100	38298	1,1
1,2	38493	38686	38877	39065	39251	39435	39617	39796	39973	40147	1,2
1,3	40320	40490	40658	40824	40988	41149	41309	41466	41621	41774	1,3
1,4	41924	42073	42220	42364	42507	42647	42786	42922	43056	43189	1,4
1,5	43319	43448	43574	43699	43822	43943	44062	44179	44295	44408	1,5
1,6	44520	44630	44738	44845	44950	45053	45154	45254	45352	45449	1,6
1,7	45543	45637	45728	45818	45907	45994	46080	46164	46246	46327	1,7
1,8	46407	46485	46562	46638	46712	46784	46856	46926	46995	47062	1,8
1,9	47128	47193	47257	47320	47381	47441	47500	47558	47615	47670	1,9
2,0	47725	47778	47831	47882	47932	47982	48030	48077	48124	48169	2,0
2,1	48214	48257	48300	48341	48382	48422	48461	48500	48537	48574	2,1
2,2	48610	48645	48679	48713	48745	48778	48809	48840	48870	48899	2,2
2,3	48928	48956	48983	49010	49036	49061	49086	49111	49134	49158	2,3
2,4	49180	49202	49224	49245	49266	49286	49305	49324	49343	49361	2,4
2,5	49379	49396	49413	49430	49446	49461	49477	49492	49506	49520	2,5
2,6	49534	49547	49560	49573	49585	49598	49609	49621	49632	49643	2,6
2,7	49653	49664	49674	49683	49693	49702	49711	49720	49728	49736	2,7
2,8	49744	49752	49760	49767	49774	49781	49788	49795	49801	49807	2,8
2,9	49813	49819	49825	49831	49836	49841	49846	49851	49856	49861	2,9
3,0	49865	49869	49874	49878	49882	49886	49889	49893	49897	49900	3,0
3,1	49903	49906	49910	49913	49916	49918	49921	49924	49926	49929	3,1
3,2	49931	49934	49936	49938	49940	49942	49944	49946	49948	49950	3,2
3,3	49952	49953	49955	49957	49958	49960	49961	49962	49964	49965	3,3
3,4	49966	49968	49969	49970	49971	49972	49973	49974	49975	49976	3,4
3,5	49977	49978	49978	49979	49980	49981	49981	49982	49983	49983	3,5
3,6	49984	49985	49985	49986	49986	49987	49987	49988	49988	49989	3,6
3,7	49989	49990	49990	49990	49991	49991	49992	49992	49992	49992	3,7
3,8	49993	49993	49993	49994	49994	49994	49994	49995	49995	49995	3,8
3,9	49995	49995	49996	49996	49996	49996	49996	49996	49997	49997	3,9
4,0	49997	49997	49997	49997	49997	49997	49998	49998	49998	49998	4,0
4,5	49999	50000	50000	50000	50000	50000	50000	50000	50000	50000	4,5